

A outra praia da Moreninha: diferentes geografias e histórias do subúrbio carioca

Andreia Alves Monteiro de Castro¹

Luciana Pires Alves²

Luis Henrique Monteiro de Castro³

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v14i27.62602>

Resumo: O presente artigo surge da possibilidade de uma educação patrimonial sobre os marcos históricos e culturais de um dos mais importantes e polêmicos bairros da chamada Zona de Leopoldina. Através dessa reflexão, visamos contribuir com o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades da Penha de seu patrimônio para que ele seja um fator indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens e no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania, como preconiza o IPHAN. Entrelaçando passagens de nossa história familiar, pretendemos narrar acontecimentos históricos importantes que foram transformados, ressignificados e reutilizados pelos projetos de nação que se sucederam nos mais de quatrocentos anos da fundação da Cidade do Rio de Janeiro. Nossa narrativa recorre às fontes primárias que documentam os eventos do passado em sua cronologia e contiguidade. Defendemos uma rota de educação patrimonial composta por elementos cotidianos que testemunham diferentes tempos históricos, o que inclui a passagem entre eles, elementos como: a literatura, o samba, os selos, os meios de transporte e as notícias dos jornais.

Palavras-chave: educação patrimonial; preservação sustentável; fontes-primárias; Penha

La otra playa de Moreninha: diferentes geografías e historias del suburbio de Río

Resumen: Este artículo surge de la posibilidad de realizar educación patrimonial sobre los hitos históricos y culturales de uno de los barrios más importantes y controvertidos de la denominada Zona Leopoldina. A través de esta reflexión, pretendemos contribuir al conocimiento crítico y a la apropiación consciente por parte de las comunidades Penha de su patrimonio, de modo que sea un factor indispensable en el proceso de preservación sostenible de estos bienes y en el fortalecimiento de los sentimientos de identidad y ciudadanía, como propugna el IPHAN. Entrelazando pasajes de nuestra historia familiar, pretendemos narrar importantes acontecimientos históricos que fueron transformados,

¹ Andreia Alves Monteiro de Castro. Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Professora de Literatura Portuguesa e de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa na Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, Brasil. E-mail: andreiaacastro@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-2586-6789>

² Luciana Pires Alves. Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense/UFF. E-mail: lualpires@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-8470-4966>

³ Luis Henrique Monteiro de Castro. Doutorando em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor efetivo na Escola Técnica Ferreira Viana (ETEFV - FAETEC), Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: luishmcastro@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0001-6149-7047>

Recebido em 14/04/2024, aceito para publicação em 02/09/2024.

dotados de novos significados e reutilizados por los proyectos de nación que se sucedieron en los más de cuatrocientos años transcurridos desde la fundación de la Ciudad de Río de Janeiro. Nuestra narrativa se basa en fuentes primarias que documentan eventos pasados en su cronología y contigüidad. Defendemos una ruta de educación patrimonial compuesta por elementos cotidianos que dan testimonio de diferentes épocas históricas, que incluye el paso entre ellas, elementos como: literatura, samba, estampillas, medios de transporte y reportajes periodísticos.

Palabras clave: educación patrimonial; preservación sostenible; fuentes primarias; Penha.

The other Moreninha beach: different geographies and histories of the Rio suburb

Abstract: This article arises from the possibility of heritage education about the historical and cultural landmarks of one of the most important and controversial neighborhoods in the so-called Leopoldina Zone. Through this reflection, we aim to contribute to critical knowledge and the conscious appropriation by Penha communities of their heritage so that it is an indispensable factor in the process of sustainable preservation of these assets and in strengthening feelings of identity and citizenship, as advocated by IPHAN. Interweaving passages from our family history, we intend to narrate important historical events that were transformed, given new meanings and reused by the nation's projects that followed each other in the more than four hundred years since the founding of the City of Rio de Janeiro. Our narrative draws on primary sources that document past events in their chronology and contiguity. We defend a heritage education route made up of everyday elements that bear witness to different historical times, which includes the passage between them, elements such as: literature, samba, stamps, means of transport and newspaper reports.

Keywords: heritage education; sustainable preservation; primary sources; Penha.

A outra praia da Moreninha: diferentes geografias e histórias do subúrbio carioca

Igrejas, fazendas, praias e festas

Foi na Penha
Não, foi na Glória
Gravei na memória
Mas perdi a senha
Misturam-se os fatos
As fotos são velhas

Chico Buarque

A Igreja da Penha, a sede da
Fazenda de Nossa Senhora da Ajuda⁴,
o Porto de Maria Angu⁵ e a Praia da

⁴ A Fazenda de Nossa Senhora da Ajuda, pertencente à sesmaria de Irajá, foi, em primeiro momento, propriedade do capitão Baltazar de Abreu, em cujas terras viria a ocorrer o milagre da Penha, que trouxe tanta fama ao lugar. Essa fazenda, também conhecida como Fazenda Grande da Penha, fazia divisa com a Fazenda do Engenho da Pedra. Uma pequena parte do que foi a antiga Fazenda Grande é hoje a Fazendinha da Penha, uma área verde às margens da Avenida Brasil.

⁵ Deste porto, partiam embarcações para o centro do Rio de Janeiro colonial, permitindo o escoamento do açúcar, aguardente, frutas, hortaliças e tudo o mais que fosse produzido nas propriedades rurais da região.

Moreninha⁶ são marcos, no feminino, de histórias continuamente contadas, transformadas, ressignificadas e reutilizadas pelos projetos de nação que se sucederam nos mais de quatrocentos anos da fundação da Cidade do Rio de Janeiro. As construções e as ruínas desses passados ainda são indícios de um sistema de relações e conexões históricas, políticas e sociais das quais nossa família testemunhou e transmitiu de geração a geração.

Adorávamos, na infância, caminhar pelo bairro da Penha e ouvir as histórias de quando as terras do lugar eram parte de uma grande fazenda dos antepassados de nosso pai, das brincadeiras nas belas praias suburbanas e da crença de que a “Santa-madrinha” sempre protegeu a nossa gente. Nossa bisavó Teresa Vilhena de Vasconcelos Alves contava sobre o velho Baltazar de Abreu Cardoso, livrado do ataque de uma cobra, e, sobretudo, do capitão-mor José dos Santos, cujos *ex-votos* ainda dão conta da salvação em um

navrágio, sem esquecer do livramento de doenças graves de familiares, nos levando sempre a recorrer a “Virgem da pedra” em busca de um acalanto em todas as horas de aflição: “Nossa Senhora da Penha, valei-nos”.

Essa forma de transmissão fugiu aos *modus operandi* da produção de lugares de memória e patrimônio. Por não terem nomeado os espaços a partir de nossos sobrenomes, nossos antepassados não marcaram a fisionomia dos lugares com os índices de distinção e do direito ao memorável. Os fundadores de nossa família, marginais devido às suas origens e pela afirmação de seus posicionamentos políticos ao longo dessas histórias fizeram com que as suas marcas fossem inscritas no tempo/espço somente a partir de menções, de alcunhas e de passagens em documentos encerrados em arquivos. Esse esquecimento foi pensado, desejado e, posteriormente, imposto pelas autoridades. Seus rastros produziram uma “memória esquecida”, uma vez que eles

⁶Praia que ficava entre Cordovil e Penha circular e que passou por sucessivos aterros em meados do século XX, a ponto de fazer desaparecer a Ilha do Anel e a Ilha Comprida.

Nos dias de hoje, este mesmo local é conhecido como favela da Kelson's ou como Favela da Moreninha.

recorreram ao seu capital financeiro e social para exercer o feliz poder do esquecimento, como afirma Blanchot (2010, p. 51):

Os filósofos diriam que esquecer é deter em seus segredos a força mediadora, já que aquilo que assim se apaga de nós de retornar-nos, enriquecido dessa perda e acrescido dessa falta. O esquecimento é mediação, feliz poder.

O presente texto surge do desejo de esmiuçar essa memória, que ao mesclar narrações familiares e pesquisa documental em periódicos, defende a presença negra, principalmente feminina, desde a fundação do arraial da Penha como indício das mediações culturais que fizeram da festa da Penha “avant-première do Carnaval” (Soihet, 1998) e o primeiro espaço público do samba, que à época pertencia ao âmbito privado nos terreiros e casas das tias na Pequena África, ressaltando a rede de sociabilidade que indica as mulheres negras através de suas barracas na festa da Penha como principais agentes dessa tecitura; a fruição estética

musical, literária e geográfica como meios de educação patrimonial; suscitar práticas de valorização dos espaços do subúrbio como lugares de memória que devem ser sinalizados, preservados e discutidos. Também, pretende contribuir para a reconstrução no plano simbólico de uma geografia surgida das relações institucionais coloniais como o clero, representado pela Igreja da Penha, o comércio portuário diluído pelo território, representado pela praia das Morenas e a casa grande, representada na fazenda grande da Penha. O apagamento dessa relação foi estrategicamente calculado quando interessou às autoridades republicanas opor cidade ao arraial, modernidade e atraso, centro e periferia como formas de abafar os conflitos e violências que gestaram a sociedade brasileira. Entre elas, o processo que Vianna (2004) chamou de “fancáfrica”, o afrancesamento da cidade que mascarava o embranquecimento como face do massacre enfrenado pela população negra no Rio de Janeiro sob as luzes do século XX.

veículo para a integração dos populares ao seu projeto de construção da nacionalidade” (1998, p. 121).

O simples hábito de tomar um caldo de cana com pastéis e olhar para o alto para ter com a padroeira, majestosamente instalada na pedra ornada pelo brilho dos raios do sol, nos faz abaixar o olhar, nos lembrando de nosso lugar de simples mortais é uma experiência estética, política e de memória. Propomos, aproveitar o desvio desse olhar para explorar o que habita as zonas baixas do esquecimento: a relação entre a praia o porto de Maria Angu, a casa grande sede da Fazenda da Penha e a Igreja; as tensões entre o arraial e a cidade e nela a política de apagamento que deseja fazer esquecer a Penha como um arraial negro desde sempre e a paulatina expulsão e estigmatização de sua gente, que na década de setenta culmina com a expulsão dos moradores de Maria Angu e aterramento da praia para dar lugar a famosa praia de Ramos. Tudo isso faz ruidosa a frase de Blanchot: “A memória, esse cume do abismo” (2010, p. 53).

Tirando o afamado capitão português seiscentista, Baltazar de Abreu, as outras personagens das

histórias que contaremos permanecem obliteradas, perdidas na poeira do tempo, embora sejam relevantes para a percepção e para a compreensão dos fatos e dos fenômenos culturais que, em pleno século XXI, teimam em resistir nesse espaço. Começamos por uma das mais antigas senhoras do lugar, a “morena de Angola”, Antônia Maria dos Santos, que, no final do século XVIII, recebeu de seu pai, o já mencionado capitão-mor José dos Santos, entre os vários bens, a grande fazenda situada no “bairro de Nossa Senhora da Penha, na Freguesia de Irajá” (Cavalcanti, 2015, p. 148).

Das embarcações que atracavam na praia daquela moreninha, trazendo mão de obra para a sua Fazenda Grande, aos trens e aos ônibus que levam, no presente, os seus descendentes ao centro do Rio de Janeiro, há ainda uma grande continuidade. Suas terras são hoje um espaço marcado pela pobreza e pela violência espetacularizadas, televisionadas, mas no qual as grandes demonstrações de fé e as festas genuinamente populares continuam insurrectas como patrimônios culturais que insistem em sustentar a autoestima dos indivíduos e das comunidades da

Penha. Antes fazendas, senzalas e quilombos, agora asfalto e complexos de favelas. Os conhecidos bailes funk da Vila Cruzeiro em muito são devedores e herdeiros das festas consagradas à nossa padroeira: “Hoje no baile da Penha, o que vai rolar?” (MC Livinho, 2019)

Denegação, renúncia e apagamento - a relação entre fisionomia e história

São 7 horas da manhã
Vejo Cristo da janela
O sol já apagou sua luz
E o povo lá embaixo espera

Cazuza e Gilberto Gil

Na geografia do subúrbio, quem vemos da janela não é o Cristo, de braços abertos, mas a sua mãe, a sempre virgem Maria, com sua igreja erguida no cume da grande montanha. A ela nos habituamos a suplicar compaixão, por não acreditarmos mais em uma redenção possível. É impossível não perceber que a colonização soube muito bem marcar no imaginário sua presença: é no alto das pedras em que se localizam os marcos das histórias de escarnecimentos. Como ensina Rama (2015), a ignorância antropológica fez com que o processo aplicado no

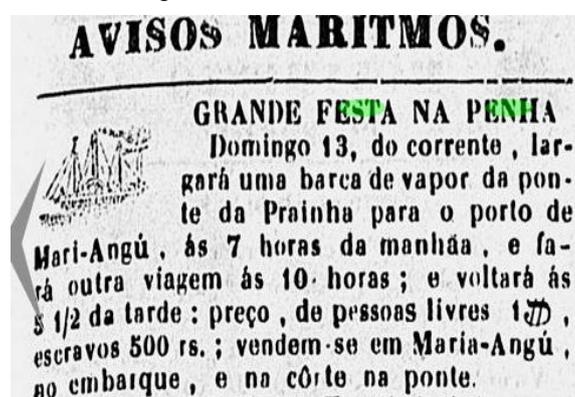
espaço das Américas, tivesse como princípio, tábula rasa, recorrendo a execução das cidades como parto das ideias, ação impossível em territórios nos quais há alguma percepção do lugar como um passado histórico acumulado. O que incluiu a vida ambiental, matando florestas, explorando rios, aterrando praias e desfigurando a paisagem anterior para imprimir outra.

Sendo assim, é importante seguir a advertência benjaminiana sobre os modos da memória (recordação, rememoração, comemoração etc.) não são instrumentos de exploração do passado, mas um meio (*medium*) em que se viveu e deve ser interpelado com a sensibilidade de quem usa uma pá num solo no qual jazem cidades soterradas. Para isso, um plano sozinho não basta, é necessário tatear, arar o solo, dedicar a atenção às diferenças. São ações para além da descrição e sem ceder à pressa da análise, “tentando enfiar a pá sempre em sítios diferentes, examinando camadas cada vez mais fundas as camadas anteriores” (Benjamin, 2021, p.176).

A primeira camada desse texto será a Festa da Penha, que segundo Neusa Fernandes, em *Cantos e Encantos do Rio*, ocorrem, desde 1728. Segundo os jornais do século XIX, aproximadamente 40% da população

carioca subia à colina suburbana, transportada até o final do Oitocentos, por carroções, por cavalos e, sobretudo pelas barcas que partiam e chegavam no Porto.

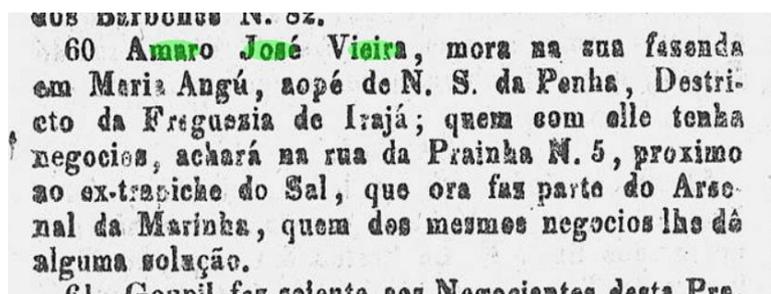
Figura 2 – Avisos marítimos



Fonte: *Diário de Rio de Janeiro*, 9 de outubro de 1844, p. 03

E quem administrava o Porto de Maria Angu? Voltemos ao capitão-mor José dos Santos. Não é tarefa difícil recuperar documentos comprobatórios de que ele e, por sucessão, o seu genro, o escrivão da ouvidoria da comarca, Amaro José Viera, foram, no início do Oitocentos, foram os responsáveis pelo porto. Para além da circulação das produções agrícolas, as barcas também encaminhavam os romeiros de todos os cantos da cidade até a Penha:

Figura 3 – Avisos sobre os endereços em que Amaro José



Fonte: *Diário do Rio de Janeiro*, 7 de abril de 1829, p.24

Contudo a homenagem à padroeira entra para o imaginário popular não somente pelos momentos de oração, mas pelos encontros e pelos desafios musicais. Ao logo de décadas, em movimentos lentos, os ranchos foram dando lugar aos blocos, aos grupos de sambistas, aos sambas de roda. Como afirma Tiburcio, provavelmente um pseudônimo do cronista do jornal *O mequetrefe* do dia 30 de outubro de 1882:

Em todos, os pontos da cidade, no domingo, desde pela manhã havia nas ruas um movimento extraordinário, um bulício alegre, popular, desprezioso. Era a festa da Penha a popular festa, que nós desprezamos, por um, certo preconceito aristocrático, mas que não deixa de ter a sua poesia. (Tiburcio, 1882, p. 03).

A Festa da Penha, suburbana, africana e negra, fazia o Brasil ouvir e dançar variados ritmos. O bairro era reduto do chorinho, do samba e do maxixe. Como indica Antônio Buono Júnior na reportagem “Aquilo é que foi tempo bom”, no suplemento do jornal *A noite*, de 1951:

Falamos em edição anterior, no primeiro capítulo desta série, sobre a origem do Carnaval moderno, no que se refere às músicas que lhe servem até hoje de fundo. A festa da Penha foi o ponto de irradiação do maxixe e

do samba naquela feição nova. Poderíamos assim dividir a grande festa popular em duas fases distintas - antes e depois da República. A não ser a proibição do “entrudo”, as restrições aos folguedos, durante a monarquia, não tinham outro caráter a não ser o de mera disciplina urbana. (1951, p. 35).

Afinal, a fé espiritual não se opunha aos prazeres da carne, como diziam à época: “a festa é sagrada, mas o regozijo é profano”. Premissa que, de tão repetida, fez com que fosse alterada até a oração: “Nossa Senhora da Penha não se ofende com o espetáculo d’esses excessos. Ave Marina, cheia de tolerância! As almas dos foliões estão prostadas diante de ti, porque à sombra do teu manto estrelado tenham agasalho e desculpa todas as fraquezas humanas, inclusive a fraqueza das pernas... depois das libações repetidas”. (*A notícia*, ano VII, n. 235, 6/7 de outubro de 1900, p. 02).

Figura 1 – “Cenas da vida carioca”



Fonte: *O país*, 14 de setembro de 1901, p. 1

A operação que torna os ritos humanos classificados entre sagrados e profanos sempre se serviu como um discursivo que aponta os pecados, os crimes e os excessos em espaços e em tempos que deveriam ser puros. Louvor e devoção necessitam da transgressão como oposição para se revelarem ainda mais elevados diante da fraqueza e “das sujidades” humanas. Para isso, nada melhor do que uma festa em meio ao bulício do povo.

Nessas ocasiões, os comportamentos são observados e levantados como material suficiente para a normatização ou a moralização da população. Priore (1986), em seu

estudo sobre as igrejas nos setecentos, aponta a festa como instrumento de observação e controle das sociabilidades. Segundo a autora, o diabo conta com a licença divina para fazer da igreja a sua morada nos interregnos festivos, sem ele dificilmente o calendário cristão se estabeleceria e a alternância entre trabalho e folgança não seria possível.

É fácil perceber que a sociedade carioca recorreu a esse imaginário para estabelecer a imagem do Rio de Janeiro como uma cidade cindida. Argumento pensado para fazer da desordem um atributo distintivo dos negros, entregues aos seus luxuriosos ritmos, dos atrasados portugueses, com seus “cornos cheios de vinho”, e das mulheres de “má-conduta”, cujos corpos eram o regozijo final dos últimos momentos da festa. Assim a rotulagem social poderia prosseguir condenando os capoeiras e o chorar dos cavaquinhos, classificando como infernal os cantares e os dançares populares. Relação que esconde a dinâmica pedagógica cristã que dividia a festa entre a santidade da Virgem, firmada na pedra, e a fraqueza da carne, democraticamente humana.

As manchetes continuamente estampavam também que a festa da Penha não era apenas uma orgia de gula, de lascívia e de música. No bairro, também se assistia, com frenesi, o espetáculo da violência. O teatro da crueldade se completava com a carne chagada por luzentes navalhas e facas, no qual brandiam cacetetes, e com o sarilho de armas de fogo que completavam a sensação de perigo do pitoresco arraial. A festa gerava preocupação, prazer e lucros. À volta da festa da Penha, se ocupavam as notícias de jornais e as charges sobre as condições de retorno dos romeiros eram correntes.

Figura 2 – “Consequências...”



Fonte: *Revista da semana*, 07 de outubro de 1900, p. 167

No final do século XIX, os brancos e abastados fizeram da Festa da Glória uma opção mais refinada de “diversão religiosa”, como comenta Machado de Assis em uma famosa crônica publicada em 1876:

Esta festa da Glória é a Penha elegante, do vestido escorrido, da comenda e do *claque*; a Penha é a Glória da rosca no chapéu, garrafão ao lado, ramo verde na carruagem e turca no cérebro. Ao cabo de tudo, é a mesma alegria e a mesmíssima diversão, e o que eu lastimo é que o fogo de artifício da Glória e o garrafão da Penha levem mais fiéis que o objeto essencial da festividade. Se é certo que *tout chemin mène à Rome*, não é certo que *tout chemin mène au ciel*. (2018, p. 313).

A observação acutilante do escritor evidencia que, apesar dos abismos culturais e econômicos, eram justamente as motivações profanas o maior ponto de contato entre os estrangeirados romeiros da Glória e os castiços romeiros da Penha. Menos conciliador do que Machado, Olavo Bilac enxergava a Festa da Penha como uma mácula insuperável no tecido social carioca. Nem mesmo o movimento da *Belle époque*, que transformava as feições da cidade, foi capaz de converter todos os cidadãos do Rio em elegantes afrancesados

através da educação pelo olhar. Para o desespero do “Príncipe dos Poetas Brasileiros” que viu o famoso “bota-abaixo” de Rodrigues Alves e de Pereira Passos como uma revolução “moral e intelectual” enquanto afirmava que a melhor educação era a que entrava pelos olhos.

A metamorfose cultural, paisagística e comportamental que Bilac tanto almejava só havia sido concretizada plenamente na “cidade literária”, aquela que ele, com tanto zelo e talento, criara em seus textos. Na realidade factual, a cidade do Rio de Janeiro ainda abrigava celebrações religiosas e festas populares, momentos de ruptura e transgressão com as prescrições estéticas, profiláticas e sanitárias dos governantes, de manutenção das manifestações identitárias tradicionais ligadas às culturas portuguesa e afro-brasileira. O encontro das danças e dos sons dos atabaques dos escravizados e libertos com as cantorias, rezas e procissões dos portugueses e seus descendentes, realizado na maior festa religiosa suburbana, não era tolerado por Bilac:

E devo confessar que nunca a Festa da Penha me pareceu tão

bárbara como este ano. É que esses carros e carroções, enfeitados com colchas de chita, puxados por muares ajaezados de festões, e cheios de gente ébria e vociferante, passeando pela cidade a sua escandalosa bruega; esses bandos de romeiros cambaleantes, com o chapéu esmagado ao peso das roscas, e o peito cheio de medalhas de papel, e beijando a efígie da Senhora da Penha com os beijos besuntados de zurrapa; esse alarido, esse tropel de povo desregrado; todo esse espetáculo de desvairada e bruta desordem ainda se podia compreender no velho Rio de Janeiro de ruas tortas, de betesgas escuras, de becos sórdidos. Mas no Rio de Janeiro de hoje, o espetáculo choca e revolta como um disparate... Num dos últimos domingos, vi passar pela Avenida Central um carroção atulhado de romeiros da Penha: e naquele amplo boulevard esplêndido, sobre o asfalto polido, entre as fachadas ricas dos prédios altos, entre as carruagens e os automóveis que desfilavam, o encontro do velho veículo, em que os devotos bêbedos urravam, me deu uma impressão de um monstruoso anacronismo: era a ressurreição da barbaria – era a idade selvagem que voltava, como uma alma do outro mundo, vindo perturbar e envergonhar a vida da idade civilizada... (*Kosmos*, 1906, p. 03-04)

Figura 6: Um carroção enfeitado conduzindo romeiros



Fonte: *Revista da Semana*, ano VII, n. 336, Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1906, p. 4003

Em 1906, o polêmico mandato de Pereira Passos terminou, e o cenário físico, social e cultural do Rio de Janeiro, embora tivesse sido alterado, permanecia híbrido e múltiplo, profundamente marcado pelo encontro e a aproximação de pessoas de diferentes origens e classes sociais, ainda bem distante da cidade-vitrine do Brasil moderno. Apesar das vociferações de Bilac, até mesmo o presidente Rodrigues Alves continuou a frequentar o folguedo da Penha, como registra a charge do jornal *O malho*, do ano de 1906:

Figura 7 – Como eles foram à Penha...



Fonte: *O malho*, 27 de outubro de 1906, p. 30

A tradição é feita de muitas camadas, entre elas está a má-fama. Apesar de todo o esforço pela mudança das sensibilidades, as disputas dos marcos sagrados de um calendário religioso e das datas comemorativas de um calendário republicana resultaram em uma festa híbrida de diferentes ordens ou natureza. A festa da Penha desempenhou um papel cultural decisivo para a música popular brasileira. O bairro chegou a ser batizado como arraial do samba, nomes como Pixinguinha, Donga, Sinhô, João da Bahiana, Alfredinho Flautim, Heitor dos Prazeres, Cartola, Ary Barroso, Lamartine Babo, Getúlio Marinho lançaram seus sambas em outubro na festa. Os que caíram no

gosto do povo, viraram febre no Carnaval. De tal modo que o sucesso *Feitio de Oração*, de Noel Rosa, foi composto na Penha, e, como afirmou o velho mestre Tio Maçu, “os pontos de encontro para a disputa do Partido Alto e a firmeza na perna eram a Festa da Penha e a Praça Onze, onde se pesava e se media o valor de um sambista”. (*Correio da Manhã*, 26 de novembro de 1967). Como aponta a poesia de Noel, o feitio era sempre de oração, mas a festa era feita mesmo de samba.

O arraial não serviu apenas de palco, diferentes compositores fizeram sambas alusivos à Penha, como enumerou o jornalista Ilmar de Carvalho:

O samba de Canuto e Braguinha Vou à Penha Rasgado: “Vou à Penha rasgado/ pra pagar uma promessa/ eu não sou um malandro/ pois eu tenho trabalhado/ com chinelo charlote/ terno de cimento armado/ pois é o que a moda tem dado”. Noel e Antenor Gargalhada assim se vinculam à Penha: “Tenho vontade/ de ir à Penha/ mas me falta o principal/ a mulher que eu adorava tanto/. ela deu o fora/ eu agora fiquei mal”. Feitio de oração, o clássico do Poeta da Vila e de Vadico, assim exprime nos versos: “Por isso agora/ lá na Penha eu vou mandar/ minha morena pra cantar/ com satisfação/ e com harmonia/ esta triste melodia/ que é meu samba em feitio de oração”. Agenor de

Oliveira, também chamado o Divino Cartola, assim dá seu recado imortalizando a Penha em Santa Padroeira: “Só não subirei a escadaria ajoelhado/ para não rasgar o terno que foi emprestado”. (Carvalho, p. 15, *Correio da Manhã*, 1969)

A rede de relações composta pela tradição musical e gastronômica que revelavam a presença africana e o deboche como forma de enfrentamento o racismo. Entre a barraca das tias, era famosa barraca e bloco “O macaco sabe que sabe” de Tia Ciata, que em determinado momento da festa da rompia o cercado da barraca e desfilava pelo arraial. Mesmo a nascente indústria cultural foi devedora da Festa da Penha, segundo, Vianna:

Ao longo dos anos 1920, a festa da Penha continuou servindo como plataforma de lançamentos musicais. Eduardo Souto, um dos compositores mais populares da época, chegou a criar um bloco para divulgar na Penha, seu “Tatu subiu no pau”, sucesso de 1923. Na primeira fase de sua carreira, Francisco Alves, que seria um dos maiores nomes do rádio, era presença certa na festa para testar a força das músicas que interpretava. Vicente Celestino, nome fundamental das gravações mecânicas e pré-eletromagnéticas, fazia o mesmo. (2024, p.35)

O folguedo, a fé, as linguagens, as aflições pessoais e coletivas davam conta da produção aurática da arte e da

comunicação, mas perderam espaço para a massificação cultural possibilitada pela reprodutibilidade técnica, que foi alterando os modos de fazer e de sentir as artes. Porém, ao seguir os rastros, ainda podemos ser abarroados pela aura de um determinado tempo, como afirma Benjamin, assim podemos bradar: Viva a Penha!

Figura 8 – A pândega da Festa da Penha



Fonte: *O malho*, 07 de outubro de 1911, p. 09

Selos de época e de destino: os filhos de Maria Angu

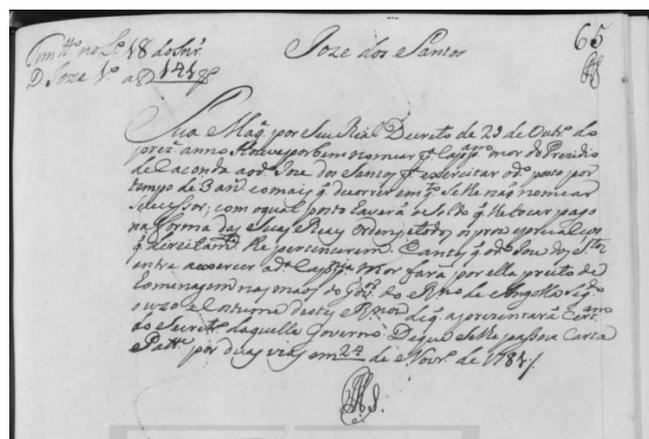
Juro que eu ia até casar na Penha com ela
A vida é bela é...

Chico Buarque

Última camada, a Praia da Moreninha, não a eternizada pela literatura, mas a soterrada pela história. Nossa narrativa remete ao trânsito

entre as cidades de Benguela e do Rio de Janeiro no final do século XVIII. Voltemos à Antônia Maria dos Santos, filha reconhecida do capitão-mor José dos Santos, a moreninha que recebeu do pai, como dote, a Fazenda de Nossa Senhora da Penha, da Freguesia do Irajá.

Figura 9 – Decreto que tornou José dos Santos capitão-mor do presidio da Caconda, Angola



Fonte:

<https://digital.arquivos.pt/details?id=8296667>

Antônia Maria teve como mãe a ex-escravizada Isabel dos Santos Pereira, designada, no registro de casamento da filha, como “cabra forra”. A cerimônia foi realizada na Igreja da Candelária no dia 11 de fevereiro de

1793⁷. Contudo o casamento da moreninha com José Pereira Dias não teria durado muito. Os registros do Monsenhor Pizarro, eclesiástico cuja função, no final do século XVIII, era visitar as paróquias existentes nas capitanias e verificar as suas condições, observam que, após ser, por quase um ano, administrada pelo senhor José Pereira Dias, no ano 1794 a capela de N^a Sra. da Ajuda, localizada na chamada Fazenda Grande, voltava da reponsabilidade da capitão-mor José dos Santos.

Contudo Antônia Maria e a fazenda não ficaram por muito tempo sem um novo senhor. Em 18 de março de 1811, na singela e afastada Capela de São Domingos, a moreninha se casou, em presença de autoridades da época, com Amaro José Vieira⁸, filho natural do capitão Diogo José Vieira Falcão, de Campos do Goytacazes, que a senhorear a bicentenária propriedade.

Através dos termos do processo movido, em 1813, por Justiano Manuel da Paixão, um arrendatário que

pretendia tomar posse dos mangues e das ilhas da testada da Fazenda de Nossa Senhora da Ajuda, é possível reconstituir um pouco da paisagem da época. Amaro José, para legitimar seus direitos, enumera suas posses como meios para o cumprimento de seus deveres:

A vista do que fica dito, sendo eu um **vassalo útil** ao Estado estabelecido com fábricas de olaria, das quais tenho suprido com tijolos as obras Reais, como a Real Quinta da Boa Vista, Hospital Real e [Fazenda de] Santa Cruz; com Fábrica de Caeira e Engenho aguardentes de que pago devidos impostos [...]. Neste Porto, embarco tijolos e pipas de aguardente, tanto minhas como pertencentes ao dízimo, sem que disso me paguem os contratadores cousa alguma [...]. Tenho um Porto público na paragem denominada Maria Angu. E aí que é o princípio da testada da minha fazenda, uma casa de negócio perto do mar, da qual pago novos impostos.

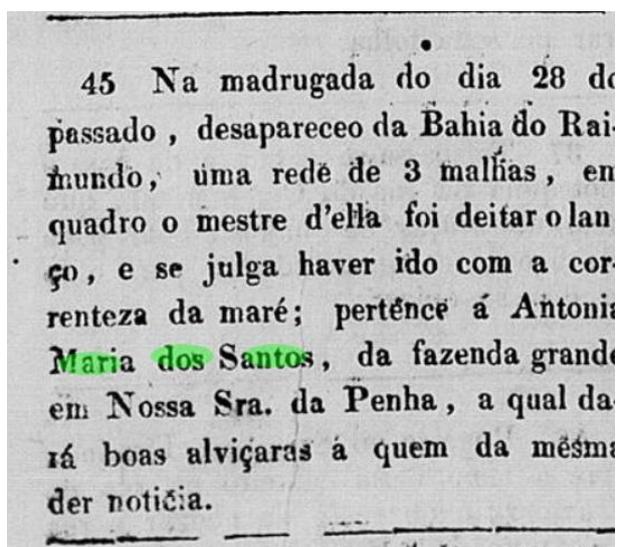
Interessante notar que, para defender a posse de suas terras, Amaro José não se apresenta como um cortesão ou como um bom cristão, mas como um sujeito útil ao Estado, que produzia e que pagava seus impostos, ou seja, como um cidadão. Esse

⁷ Livro da Paróquia Nossa Senhora da Candelária.
<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8G-T1JD>

⁸ Livro de registro matrimônios da Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação. Fonte Family Search:
<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8G-GBV4>

comportamento pode ser entendido como um indício de um período de transição entre a sociedade de corte e o *ethos* burguês, descrito por Norbert Elias (2011, p. 08). Cabe, porém, ressaltar que os atributos e as posses que garantiam a posição apregoada por Amaro José são tributos oferecidos pelo capitão-mor José dos Santos a quem viesse a se casar, em segundas núpcias, com Antônia Maria, mestiça e filha natural. Nos periódicos do início do Século XIX, há evidências de que ela era, na prática, a senhora de Maria Angu. Os afazeres da fazenda, como o aluguel de mão obra e a atividade da “fábrica de pescas”, são exemplos disso:

Figura 10 – Anúncio sobre o sumiço de uma rede de pesca da Fazenda Grande



Fonte: *Correio mercantil*, 02 de setembro 1830, p. 04

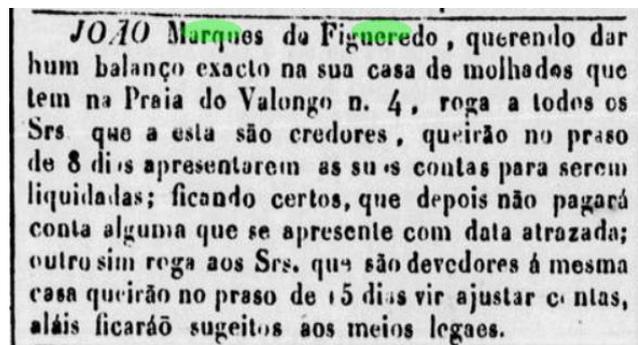
Essa situação também chama a atenção para as relações familiares. Antônia Maria não teve o mesmo destino de sua mãe. Como senhora de múltiplos meios de produção vigorosos o bastante para garantir inclusive parte da subsistência da Família Real e de suas obras públicas, ela podia barganhar no cotidiano do Primeiro Império. Amaro José e Antônia Maria tiveram pelo menos uma filha, Rosa Maria da Assunção, nascida no dia 16 de junho de 1816, menos de um ano após o final da contenda judicial pelas ilhas e restingas de Maria Angu.

Antônia Maria, que sabia de cor a receita do capitão-mor para garantir um casamento para as filhas, oferece, em 1835, as terras da Fazenda Grande como dote de Rosa Maria e, o porto passa a ser administrado, então, por seu cônjuge João Marques de Figueiredo. Os tempos eram outros, e o português, do qual temos poucas informações, parecia não ter os mesmos valores e serventias do sogro brasileiro e os negócios da fazenda e do porto não prosperaram como antes. Esse fato, talvez, se deva aos múltiplos processos que o novo dono de Maria Angu respondeu desde que chegou ao Brasil. Os periódicos que se circulavam

na corte encerram vários exemplos dessa perseguição judicial. Talvez os mais sérios sejam: 1) o envolvimento de João, no ano de 1833, em uma revolta de comerciantes de gêneros alimentícios que fecharam as suas portas devido à ação de falsários na corte; 2) e o pronunciamento por resistência à prisão e, por consequência, agressão a um guarda da patrulha que tentava dispersar um ajuntamento de donos de armazéns em seu estabelecimento. A liderança desses ajuntamentos de negociantes portugueses das Freguesias da Candelária e de Santa Rita, insubordinados contra o poder estabelecido, geraram represálias e retaliações por parte do Império.

Quando a ameaça de deportação e o fracasso dos negócios acoassavam João, Amaro José foi um dos primeiros a se afastar do genro, que tentava obter, inutilmente, a naturalização brasileira.

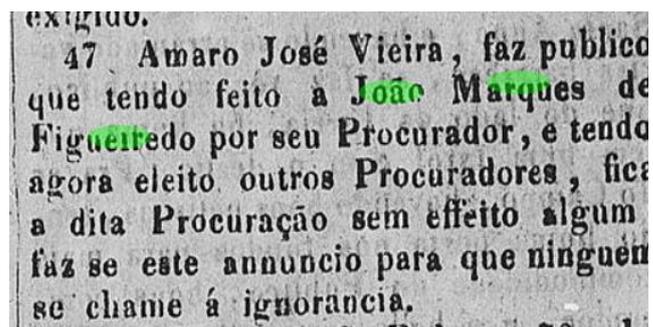
Figura 11 – Anúncio sobre a liquidação de dívidas



JOÃO Marques da Figueiredo, querendo dar hum balanço exacto na sua casa de molhados que tem na Praia do Valongo n. 4, roga a todos os Srs. que a esta são credores, queirão no prazo de 8 dias apresentarem as suas contas para serem liquidadas; ficando certos, que depois não pagará conta alguma que se apresente com data atrasada; outro sim roga aos Srs. que são devedores á mesma casa queirão no prazo de 15 dias vir ajustar contas, alás ficarão sujeitos aos meios legais.

Fonte: *Jornal do Comércio*, 9 de janeiro de 1834, p. 04

Figura 12 - Anúncio sobre o cancelamento da procuração



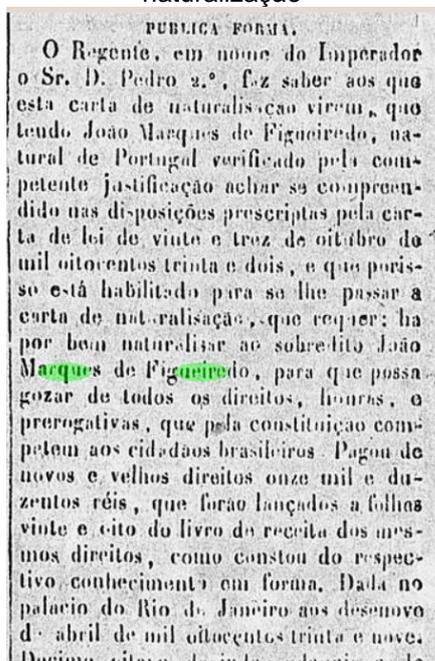
exigido.
47 Amaro José Vieira, faz publico que tendo feito a **João Marques da Figueiredo** por seu Procurador, e tendo agora eleito outros Procuradores, fica a dita Procuração sem effeito algum faz se este annuncio para que ninguem se chame á ignorancia.

Fonte: *Diário do Rio de Janeiro*, 13 de maio de 1837, p. 03

Pelo rogo de seu advogado, Luís Gonsalves de França, é possível inferir que, mesmo sendo absolvido de todas as acusações e recebendo dos cofres públicos algumas indenizações, o insubordinado João parece ter ficado sem meios para arcar com suas dívidas, após desembolsar 11200 réis, mais de 1 milhão de reais em dinheiro corrente, ao imperador Pedro II, para “gozar de todos os direitos, honras e

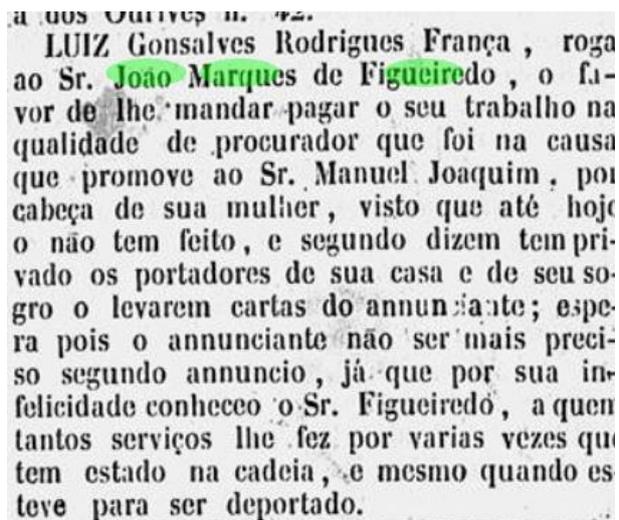
prerrogativas que, pela Constituição, competiam aos cidadãos brasileiros”.

Figura 13 – Anúncio de pedido de naturalização



Fonte: *Diário do Rio de Janeiro*, 03 de maio de 1839, p.03

Figura 3– Anúncio para pagamento de dívida



Fonte: *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de janeiro de 1842, p.04

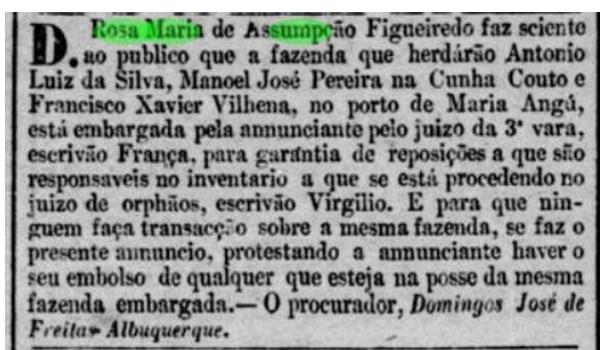
Em 1854, vítima de uma congestão cerebral, João morre, deixando a mulher em difícil situação. Rosa Maria precisou retomar as terras da fazenda, que o marido havia empenhado, para que ela pudesse garantir o casamento das três filhas. Novamente, a Fazenda Grande da Penha e o Porto de Maria Angu aparecem como um capital para a garantia da manutenção do *status* e da sobrevivência da família.

Sendo ambos juridicamente afirmados enquanto dote, os credores só puderam, de fato, reaver seus fundos no leilão dos bens mais íntimos de Rosa Maria da Assumpção: a grande imagem de Nossa Senhora da Conceição, as suas louças, a sua mobília, alguns tijolos, um punhado de cal e o engenho de mandioca e de cana.

Maria Angu passa, então, a pertencer a Francisco Xavier de Vilhena, uns dos derradeiros administradores do porto, que consegue mantê-lo até mais uma geração, quando os Vasconcelos, últimos senhores da Penha, viram suas terras entrecortadas pelas estradas de ferro e o porto deixar de ter relevância como meio de transporte e de

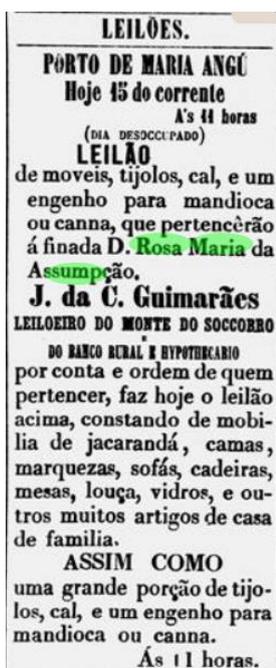
comunicação. A modernidade atravessa a todos, não só em sua subsistência, também atinge a casa da família no Largo da Prainha que foi desapropriada por Pereira Passos.

Figura 15- Anúncio sobre o embargo da venda da fazenda



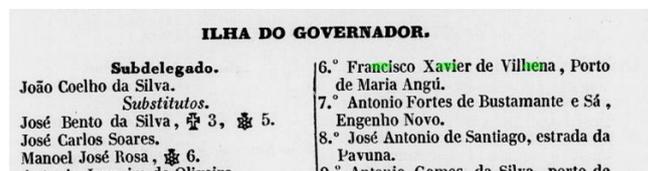
Fonte: *Jornal do comércio*, 04 de maio de 1860, p. 04

Figura 16 - Anúncio do leilão dos bens de Rosa Maria



Fonte: *Jornal do comércio*, 15 de agosto de 1864, p. 02

Figura 17 - Anúncio que comprova a propriedade do Porto de Maria Angú



Fonte: *Almanaque administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro*, 1855, p. 301

No final do Oitocentos, no prenúncio da *Belle Époque* carioca, os três irmãos Vasconcelos desembarcam na Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Manuel Joaquim de Vasconcelos morre em poucos anos, José Joaquim de Vasconcelos herda a sua parte da Fazenda de Nossa Senhora da Ajuda e o Porto de Maria Angu e, por fim, António Joaquim de Vasconcelos pega carona em uma nova rota ao se casar Carlota Joaquina Amado, aparentada com Luís Manuel de Machado, político influente na freguesia de Irajá.

António Joaquim, envolvido com os republicanos, pleiteia equipamentos públicos que eram alicerces de um novo sistema social, administrativo e político. Seu nome consta no abaixo-assinado que solicita a chegada dos bondes e o posto dos Correios. O bonde e as rotas por terra deixam Maria Angu anacrônica, cujos transportes e o

serviço de correspondência por terra esvaziaram de importância e de atividade econômica o porto, que passou a ser uma colônia de pescadores.

O progresso e a traição no seio dos Vasconcelos inutilizam a fazenda para a produção agrícola e fazem dos transportes marítimos uma coisa do passado. Situação que atendia ao já mencionado projeto de nação defendido por Rodrigues Alves e Pereira Passos e artisticamente idealizado por Bilac. Inclusive, Pereira Passos desapropriou, simultaneamente, o porto, de um lado da baía, e as casas comerciais e os casarões residenciais da família, do outro, no Centro do Rio de Janeiro.

Figura 48 – Anúncio sobre a reunião solicitando a linha de bonde

No dia 6 do corrente, em casa do Sr. Antonio Joaquim de Vasconcellos, na povoação da Penha, reuniram-se muitos proprietários e lavradores para tratar da formação de uma companhia de bonds, de tração animada, entre a estação do Riachuelo ou de S. Francisco Xavier e a povoação da Penha.

Fonte: *Gazeta da tarde*, 23 de novembro de 1881, p. 02

Figura 19 - Anúncio do abaixo-assinado solicitando a linha de bonde

Bonds da Penha.

Sob a epigraphe acima deparamos com um artigo inserto no *Jornal do Commercio* de 19 do corrente, no qual se pretende demonstrar que a concessão que o governo tem anunciado para a construção de uma linha de carris de ferro por tração animada desde a estação do Riachuelo á povoação da Penha, compadida as garantias que o governo presentemente oferece com as que por decreto de 3 de Julho de 1872 concedeu a Lemos Filhos & C. ha, realmente grande esvantagem para os proponentes actuaes; neste ponto estamos de accordo.

O que não podemos deixar sem protesto por inexata e falta de fundamento é a asseveração que o autor deste artigo faz á respeito dos proprietários dessa zona de terreno; dá-se justamente o contrario do que ali se diz; a maioria dos proprietários não procura dificultar por qualquer forma o estabelecimento dessa linha; estão promptos a auxiliar a qualquer empresa ou companhia que se proponha a levar a effecto o util, não desejado melhoramento, propondo-se a ceder gratuitamente os terrenos precisos para alinhamento da estrada e para a construção da estação que tiver de se edificar no arraial da Penha e mais qualquer auxilio que estiver ao seu alcance. Esta é a opinião dos proprietários abaixo assignados.

Joaquim Francisco Ferreira Rego.
João Francisco Ferreira Rego.
José Lascasas Netto.
Antonio Alves do Valle.
Pedro José Lopes.
Eugenio Adet.
João Soares Lopes.
Antonio Gualberto Nabor do Rego.
Antonio Alves Peixoto.
Manoel José Pereira da Cunha Couto.
Antonio Joaquim de Vasconcellos.
Jeronymo José Alves.

Fonte: *Jornal do Comércio*, 21 de junho de 1881, p. 03

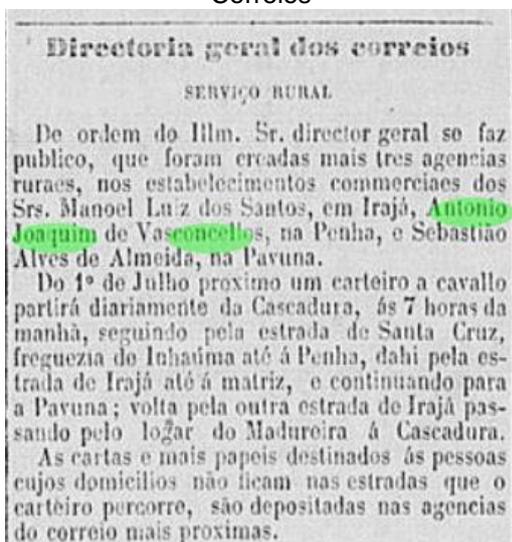
Figura 20 – Anúncio sobre o clube rural na Penha

CLUB RURAL DA PENHA

Organisou-se ante-hontem, no arrabalde da Penha, um club rural, afim de proteger a lavoura existente na freguezia de Irajá, ficando a sua directoria assim constituída: presidente honorario dr. Ennes da Souza; presidente, padre Ricardo; vice-presidente, Antonio Alves Peixoto; 1.º secretario, Francisco José Lobo Junior; 2.º dito, Nuno da Silva Machado; thesoureiro, Antonio Joaquim Ferreira da Vasconcellos; procurador, José Francisco dos Santos; conselheiros, João Rodrigues de Carvalho, Antonio Joaquim de Vasconcellos, João Pedro Ferreira, José Gaspar da Cunha, Antonio Gonçalves Boaventura, Antonio da Costa, João Bayoneta, José Antonio Rodrigues e Antonio Gonçalves Mucury.

Fonte: *Gazeta da tarde*, 3 de julho de 1890, p. 01

Figura 21 – Anúncio sobre os serviços dos Correios



Fonte: *Jornal da tarde*, 30 de junho de 1871, p. 02

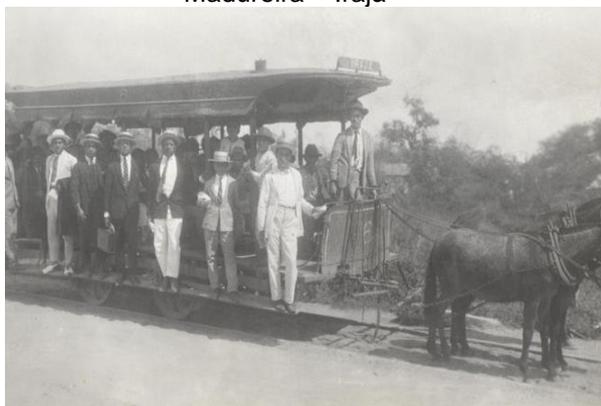
Figura 22 – Primeiro carimbo do posto dos Correios da Penha



Fonte:

https://agenciaspostais.com.br/?page_id=8499

Figura 23 – Bonde de tração animal: Madureira – Irajá

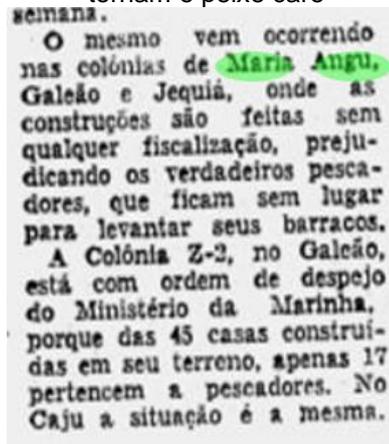


Fonte: Acervo fotográfico da Light

Modernidade e aterramento: os últimos filhos de Maria Angu

No decorrer do século XX, não tardou para que Maria Angu, de porto e de colônia de pescadores, passasse a ser vista como favela. No ano de 1962, não faltaram aos jornais notícias sobre as possíveis construções irregulares e as fraudes de seus moradores para ter acesso aos financiamentos de amparo aos entrepostos de pesca. Além da vigilância e conflitos com a Marinha do Brasil.

Figura 24 – Deficiência e desonestidade é que tornam o peixe caro



Fonte: *Jornal do Brasil*, 1º caderno, 15 de abril de 1962, p. 12

O empobrecimento de sua população fez com que muitos dos entrepostos de pesca ao longo da Baía de Guanabara fossem enquadrados como favelas, apesar de não serem exatamente morros. A rotulagem sobre a população pesou mais do que as

condições geográficas ou percurso histórico, as gentes de Maria Angu passaram a ocupar no imaginário o status de favelados e tudo a ele atribuído, o que incluía o risco de remoção.

Valladares (2005) atribui a gênese das favelas cariocas muito mais a representação social sobre a população urbana pobre do que qualquer outro vínculo. Segundo a autora, desde a obra *Canudos* de Euclides da Cunha, que o estigma da uma população caracterizada como aglomerada, perigosa e insurreta é utilizada como forma de manejo social. Além de consideradas violentas as populações urbanas empobrecidas, também são adjetivadas como sujas, promíscuas e um risco à higiene da cidade, o saber médico contribui novamente para a formação desse estigma. Entre os termos empregados para tratar das favelas como um problema, Valladares (2005) identificou o termo “lepra estética” como as moradias de madeira e zinco eram chamadas.

Tratados como pestilentos, uma nova onda de “bota-abaixo” e remoções atinge aqueles que chegaram ao subúrbio após Pereira Passos. Vamos

para o emblemático ano de 1964, destacaremos as ações do governo Carlos Lacerda que, para marcar a sua trajetória enquanto mais um político reformador, aterrou a “Praia das Morenas” e o Porto de Maria Angu. Essa ação fez parte do plano do governador para modernizar a cidade, que tinha perdido o *status* de capital, fazendo o Rio passar por uma segunda “Belle Époque”.

Mais uma vez, o povo capturado de África, que já havia sido tocado do centro da cidade, se viu compulsoriamente removido de “seu lugar”. O cartão de visitas desse território, na década de 60 do século XX, passou a ser a Praia de Ramos. Da configuração antiga, quase tudo deveria desaparecer no novo mapa, que conservaria apenas o ícone da religião oficial: a Igreja de Nossa Senhora da Penha. Junto ao selo comemorativo do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro, foram selados os destinos de muitos deste chão, os vivos transferidos para a Vila Kenedy, processo intitulado pelo jornal *Última Hora* como: “Os favelados deportados para Bangu”. O próprio ato de nomear a população como favelados abre espaço para a

transferência da população e soterramento da praia para ampliar espaço para a Variante Rio-Petrópolis, atual Avenida Brasil.

Figura 25 – Selo comemorativo do IV Centenário da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: <https://filateliahalibunani.com/produto/c-516-selo-4-centenario-cidade-rio-de-janeiro-penha-igreja-1964-dupla/>

Figura 26 - “Maria Angu” devorada pelas chamas



Fonte: *Última hora*, 25 de junho de 1964, p. 01

A política de remoção ganha força no regime instituído após o golpe civil-militar de 1964, como apontam Leeds e Leeds:

A política de erradicação ganhou amplo apoio e institucional com a criação, em 1964, após o golpe militar, do Banco Nacional de Habitação (BNH), com Sandra Cavalcanti, primeira secretária de serviços sociais de Carlos Lacerda, como sua primeira presidente (Lei 4.380 de 21 de agosto de 1964). (...) O BNH, assim, resolveria “o problema da favela” e contribuiria para o renascimento da economia. (2015, p. 270)

Com suas moradias queimadas, suas belezas aterradas, sua população removida para a Vila Kennedy, a “Praia das Moreninhas” e o Porto de Maria Angu “viravam saudades”, passando a viver na memória de um dos seus mais ilustres poetas e sambistas, Nelson Cavaquinho. O sambista chegou a ser anunciado pelo *Correio da Manhã*, na década de 1960⁹, pelo jornalista José Ramos Tinhorão, como uma promessa da música brasileira que se perdeu do sucesso por beber cachaça e comer sopa de siri nas biroscas do Porto de Maria Angu, lugar de onde só voltava domingo, perto da hora do almoço com uma galinha para garantir o almoço e para aplacar a raiva de sua senhora.

⁹ *Correio da Manhã*, 22 de janeiro de 1967, p. 05.

Figura 27 - Mulher em Biroasca em favela de Ramos



Fonte: Leeds; Leeds, p. 381, 2015

A Praia de Ramos, inaugurada por Carlos Lacerda e seu genro, um candidato derrotado para as eleições para governador, foi apresentada como balneário suburbano, surgido das cinzas da favela e servindo de lazer para a população que as elites não queriam mais ver na orla da Zona Sul. Assim, o controle social estava estampado nos jornais e era disseminado pela boca do povo, através do samba de Dicró, que não economizou nos estereótipos: “Domingo de sol/ Adivinha pra onde nós vamos/ Aluguei um caminhão/ Vou

levar a família na praia de Ramos” (2012).

Conclusão: Há diversas bocas sob a voz do morro, a perseverança da escuta como processo educativo

Eu sou o samba
Sou natural aqui do Rio de Janeiro
Sou eu quem leva a alegria para
milhões
De corações brasileiros
A voz do Morro, Zé Ketí

Nosso sítio de escavação foi a Igreja da Penha, a Fazenda de Nossa Senhora da Ajuda, o Porto de Maria Angu e a Praia da Moreninha. Nesse artigo, tentamos destacar os protagonismos das mulheres, de nossas marias morenas, que, mesmo sem tomar a palavra, garantiram e sustentaram as trajetórias de nossa família e de seus territórios. Cabe ressaltar que a aparente subalternidade dessas mulheres pertencia ao jogo de luz e sombras, como afirma Spivak: “se na disputa da produção colonial, o subalterno não tem história e não pode tomar a palavra, a subalterna enquanto mulher está ainda mais enterrada nas sombras” (2021, p.67).

Para contar a história delas, tão embricada com as transformações da cidade do Rio de Janeiro, foi imperativo

rememorar os processos de urbanização que culminaram na face atual desse território, marcado por disputas familiares e intervenções do estado, que, paulatinamente, concretizava interiorização compulsória das populações da cidade. Buscamos as histórias no seio de nossa família, mirando o resultado que não só alterou os destinos pessoais, mas marcou a disposição territorial e a desruralização do Brasil.

Para isso, recorremos a uma operação metodológica de entroncamento e buscamos dar nomes e eleger os sujeitos dos acontecimentos, como fazem os cronistas, mas sem perder de vista as consequências do rumo que a história tomou. Não se trata apenas de ascensão e queda de um grupo de pessoas, mas também dos destinos a que muitos foram impelidos e de narrativas que são acionadas quando interessa ao projeto pensado para a cidade.

Recorremos também a um corpo documental composto por charges, notícias e anúncios de jornais para dar materialidade à narrativa trazida no presente texto. A presença dos mapas e de selos da época e dos sambas

visam uma costura ética-estética para o argumento *da partilha do sensível* como modo de educar através dos rastros e das experiências estéticas do lugar, uma vez que “os atos estéticos como configurações da experiência, que ensejam novos modos de sentir e induzem novas formas da subjetividade política” (Rancière, 2005, p.11). Defendemos que a roda de samba embaixo da Tamarineira do Cacique de Ramos é um desses atos estéticos e educativos, cuja fruição compartilham saberes instaurados e produzidos a muitas mãos que formam sujeitos, criam narrativas acerca da experiência de existir, entre tantas outras possibilidades que o patrimônio samba produz.

O presente texto também procurou contribuir para a discussão sobre a captura ou apropriação das criações populares pela política de unificação nacional, sem, no entanto, produzir justiça social como foi o caso da relação entre a festa da Penha, o samba e as classes populares no Brasil, principalmente a população negra.

Rancière (2014), ao se debruçar sobre a tensão entre as histórias das massas e as histórias dos sujeitos,

aponta para a necessidade de nomear, descrever seus estados, suas afeições e acontecimentos, saber suas fisionomias. Assumir o timbre de voz dos antigos cronistas tem a sua serventia, segundo o autor:

Com os bons e velhos métodos devidamente rejuvenescidos, era possível chegar a um grau suficiente de certeza sobre os atos dos príncipes, de seus generais e embaixadores, sobre os pensamentos que os animaria, sobre as consequências de sua política, as razões de seu sucesso e de seu fracasso. (2014, p.3)

Para nomear os sujeitos, atribuindo-lhes o lugar dos atores, também foi preciso definir o enredo e o cenário. Como havíamos dito antes, em nossa trama, se sobressaem famílias e marés de fluxos humanos, são histórias de pedra e leite que configuraram lugares. Defendemos o argumento de que foi sobre e através do corpo de mulheres negras que a colonização se instituiu, principalmente, fazendo, de modo prático e simbólico, desses corpos matéria-prima para a máquina colonial.

Na dinâmica agressor-vítima é importante ressaltar o caráter monstruoso do primeiro para que não haja brecha para a continuidade desse processo, que faz, cotidianamente

imputa às suas vítimas a alcunha de algoz. Sentenças de morte são corriqueiramente imputadas às populações que ainda habitam esses espaços. Espetáculos da barbárie e da violência televisionados e propagados por sentenças como “marginal tem que morrer” e “bandido bom é bandido morto”. A “esperança não vem [mais] do mar”, vem “das antenas de TV”, e a “arte de viver da fé” não cessou, “só não se sabe fé em quê” (Barone; Bi; Vianna, 1886).

Acreditamos que essas repostas possam vir da Educação Patrimonial, que ao mirar os bens de pedra e cal, revela as palavras escritas e cantadas, cujas imagens produzem imaginários e nos ensinam a ser quem somos. Afinal, uma paisagem não é um simples cenário, ela resulta de relações de força que performam os corpos em lugares sonhados por diversas pessoas em tantos outros tempos e espaços.

Referências

A NOSSA Bastilha e seus demolidores. *O malho*. Rio de Janeiro, ano III, n. 96, p. 24.

A PÂNDEGA da Festa da Penha. *O malho*. Rio de Janeiro, ano X, n. 473, 07 de outubro de 1911, p. 09.

AMANHÃ, Festa da Penha. *A Notícia*. Rio de Janeiro, ano VII, n. 235, 6/7 de outubro de 1900, p. 02.

AMARO José Vieira. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano VI, n. 89, 07 de abril de 1829, p. 24.

ANÚNCIO de pedido de naturalização. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 100, 03 de maio de 1839, p. 03.

ANÚNCIO do abaixo-assinado solicitando a linha do bonde. *Jornal do comércio*. Rio de Janeiro, ano 60, n. 171, 21 de junho de 1881, p. 03.

ANÚNCIO do leilão dos bens de Rosa Maria. *Jornal do comércio*. Rio de Janeiro, ano 39, n. 227, 15 de agosto de 1864, p. 02.

ANÚNCIO para pagamento de dívida. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano XXI, n. 14, 19 de janeiro de 1842, p. 04.

ANÚNCIO que comprova a propriedade do Porto de Maria Angu. *Almanaque administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano 12, segunda série, n. VII, 1855, p. 301.

ANÚNCIO sobre a fuga de Maria Helena, escrava de ganho de Maria Antônia. *Diário do Rio de Janeiro*, ano XXII, n. 299, 26 de outubro de 1827, p. 04.

ANÚNCIO sobre a liquidação de dívidas. *Jornal do comércio*. Rio de Janeiro, ano 6, n. 06, 09 de janeiro de 1834, p. 04.

ANÚNCIO sobre a reunião solicitação da linha de bonde. *Gazeta da tarde*. Rio

de Janeiro, ano II, n. 274, 23 de novembro de 1881, p. 02.

ANÚNCIO sobre o cancelamento da procuração. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano XVI, n. 11. 13 de maio de 1837, p. 03.

ANÚNCIO sobre o clube rural da Penha. *Gazeta da tarde*. Rio de Janeiro, ano XI, n. 173, 03 de julho de 1890.

ANÚNCIO sobre o embargo da venda da fazenda. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano XXXV, n. 124, 04 de maio de 1860, p. 04.

ANÚNCIO sobre o sumiço de uma rede de pesca da Fazenda Grande. *Comércio Mercantil*. Rio de Janeiro, ano 01, n. 13, 02 de setembro de 1830, p. 04.

ANÚNCIO sobre os serviços dos Correios. *Jornal da tarde*. Rio de Janeiro, ano III, n. 150, 30 de junho de 1871, p. 02.

ASSIS, Machado de. História de quinze dias. In: A. Leite, A. L. Cicilio & H. Jahn (orgs.). In: *Obra completa em quatro volumes*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Aguilar, 2018.

AVISOS marítimos. *Diário de Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano XXIII. n. 6758, 9 de outubro de 1844, p. 03.

BARONE, João; RIBEIRO, Bi; VIANNA, Herbert. Alagados. In: *Paralamas do Sucesso. Selvagem?* [S.l.]: EMI-Odeon, 1986.

BENJAMIN, Walter. *Rua de Sentido Único. Crônica Berlinense. Infância Berlinense por volta de 1900*. Lisboa: Relógio D'Água, 2021.

BILAC, Olavo. Crônica. In: *Kosmos: Revista Artística, Científica e Literária*. Rio de Janeiro, ano III, n. 10, outubro de 1906, p. 03-04.

BILAC, Olavo. Crônica. Rio de Janeiro: *Gazeta de Notícias*. Ano XXX, n. 4, 04 de janeiro, de 1903.

BLANCHOT, Maurice. *A conversa infinita 3. A ausência de livro, o neutro e o fragmentário*. São Paulo: Escuta, 2010.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *Histórias de conflitos no Rio de Janeiro colonial: Da carta de Caminha ao contrabando de camisinha (1500 -1807)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CAZUZA; GIL, Gilberto. Um trem para as estrelas. In: *Ideologia*, Polygram, 1988.

CENAS da vida cotidiana. *O país*. Rio de Janeiro, ano XVII, n. 6185, 14 de setembro de 1901, p. 01.

COMO ELES foram à Penha. *O malho*. Rio de Janeiro, ano V, n. 215, 27 de outubro de 1906, p. 30.

CONSEQUÊNCIAS. *Revista da semana*. Edição ilustrada do *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, ano I, n.21, 07 de outubro de 1901, p. 167.

DICRÓ. *Praia de Ramos*. 2012. Disponível em: 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lc6-pZUN6cw>. Acesso em: 14 abr. 2024.

DONATO, Silvio. Deficiência e desonestidade é que tornam o peixe caro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, ano LXXII, n. 87, 15 de abril de 1962.

ELIAS, Norbert. *Sociedade de corte. Investigação sobre a sociologia da*

realidade e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2021.

KETI, Zé. *A voz do morro*. YouTube, 2011. Disponível em: https://youtu.be/2w_V4H-pxFY?si=wI4u6iXER15316OZ. Acesso em: 22 jul. 2024.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2015.

LEEDS, Anthony; Leeds, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Organizada por Elizabeth Leeds e Nísia Trindade Lima. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

“MARIA ANGU” devorada pelas chamas. *Última hora*. Ano: XIV, n. 1325, 25 de junho de 1964, p. 01.

MASCHEK, E. de. Mappa do município neutro. Rio de Janeiro, Laemmert & Cia, 1870. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242547>. Acessado em: 14 fev. 2024.

MC LIVINHO. *Hoje eu vou parar na Gaiola ft. Rennan da Penha*. YouTube, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1ppPuobqt-g>. Acessado em: 14 abr. 2024.

PRIORE, Mary Del. Deus dá licença ao diabo. A contravenção nas festas religiosas e igrejas paulistas no século XVIII. In: Vainfas, Ronaldo (Org). *História da Sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Boitempo, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível. Estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2005.

RANCIÉRE, Jacques. *Os nomes da História: Ensaio de Poética do Saber*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SPIVAK, Gaytari. *Pode a subalterna tomar a palavra?* Lisboa: Orfeu Negro, 2021.

TINHORÃO, José Ramos. Nelson o trovador. *Correio da manhã*. Rio de Janeiro, ano: LXVI, n 22639, 4º caderno, 22 de janeiro de 1967, p. 05.

UM CARROÇÃO enfeitado conduzido por romeiros. *Revista da Semana*. Rio de Janeiro ano VII, n. 336, 21 de outubro de 1906, p. 4003.

VALLADARES, L. P. *A invenção da Favela: do mito de origem à favela*. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Nos limites da Sagrada Família. Ilegitimidade e casamento no Brasil*. In: Vainfas, Ronaldo (Org). *História da Sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

VIANNA, Luiz Fernando. *Geografia carioca do samba*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004.